

Justiça proíbe redução de salário da FG do BB

A 6ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho de Campinas decidiu que o Banco do Brasil não pode reduzir a remuneração global dos funcionários que optaram em exercer as novas Funções Gratificadas (FG), ao julgar recurso ingressado pelo Sindicato. A decisão foi proferida em março último e o acórdão foi publicado recentemente; o relator do processo foi o desembargador Hélio Grasseli.

O novo Plano de Funções de Confiança e de Funções Gratificadas foi implantado, unilateralmente, pelo Banco do Brasil no dia 28 de janeiro

de 2013. As funções são definidas de acordo com a quantidade de horas trabalhadas por dia; no caso das funções gratificadas (FG), vinculadas à jornada de 6h por dia. Os funcionários que optaram pelas FGs tiveram redução salarial. No julgamento do recurso do Sindicato, o TRT entendeu que a adequação da jornada do funcionário para o limite previsto em lei, 6 horas, não autoriza o BB a promover redução salarial porque a remuneração até então recebida correspondia, de direito, apenas à jornada legal de trabalho do bancário. Ou seja, 6h conforme prevê o artigo 224 da CLT.

O Banco do Brasil já apresentou recurso junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST). Quer dizer, a decisão do TRT não tem aplicação imediata.

Quarta vitória

A recente decisão do TRT é a quarta vitória do Sindicato na luta contra o novo Plano de Funções de Confiança e de Funções Gratificadas. A terceira aconteceu no dia 27 de setembro de 2013, quando o TRT manteve liminar concedida pela 1ª Vara do Trabalho de Campinas, que proibia a redução salarial. A segunda vitória foi a citada liminar concedida pela 1ª Vara do Trabalho no dia 3 de

abril de 2013; e a primeira vitória ocorreu no dia 31 de janeiro de 2013, quando a juíza Ana Lúcia Cogo Casari Castanho Ferreira, da 7ª Vara do Trabalho de Campinas, concedeu liminar prorrogando para o dia 6 de março de 2013 o prazo de adesão, estabelecido pelo Banco para o dia 4 de fevereiro daquele ano.

O novo plano, vale destacar, impõe perda salarial de 16% ao chamado público-alvo da Função Gratificada (FG). Inclusive para 'amenizar' a redução salarial, o BB autorizou, na época, o pessoal FG a realizar horas extras pelo período de um ano.

ORGANIZAÇÃO

Erban discute Campanha e mobilização contra ataques a direitos dos trabalhadores

O primeiro Encontro Regional de Bancários (Erban), realizado no último dia 7 pela Federação dos Bancários de SP e MS, em Caraguatatuba, reuniu dirigentes de 10 sindicatos filiados; entre eles, o de Campinas, representado por 20 diretores. Após debate sobre a conjuntura econômica, com destaque ao PL 4330, o PL da terceirização, aprovado pela Câmara dos Deputados, e as MPs 664 e 665, que reduzem direitos como seguro-desemprego e abono salarial e terceiriza a perícia médica, os dirigentes se dividiram em grupos para discutir propostas à pauta de reivindicações da categoria. Essas propostas, cabe lembrar, serão remetidas à Conferência



Jeferson Boava, presidente do Sindicato, ladeado pelos diretores da Federação dos Bancários de São Paulo e Mato Grosso do Sul, Cidão e João Analdo

Interstadual da Federação. As propostas aprovadas pela Interestadual serão remetidas à Conferência Nacional, que define a pauta da Cam-

panha Nacional; a data-base dos bancários é 1º de setembro.

Para o presidente do Sindicato, Jeferson Boava, os sindicatos iniciam a

preparação da luta da categoria. "Neste ano, mobilização dupla da categoria: específica (Campanha Nacional), negociação com a Fenaban para renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT); e geral, com todos os trabalhadores na luta em defesa de seus direitos, contra os ataques do parlamento, do governo federal, via PL 4330 e MPs 664 e 665. A categoria, com certeza, estará novamente nas ruas".

Além de Campinas, participaram do Erban os sindicatos de Guaratinguetá, Marília, Ponta-Porã, Rio Claro, Santos, São Carlos, São José dos Campos, São José do Rio Preto e Tupã. O segundo e último Erban, será realizado no próximo dia 21, envolvendo mais 13 sindicatos filiados.

MOBILIZAÇÃO

Bancários do Itaú Barão Geraldo paralisam contra fechamento de agência

Sob a coordenação do Sindicato, os bancários do Itaú Barão Geraldo paralisaram os serviços no último dia 6 durante 24h em protesto contra o fechamento da agência instalada no distrito de mesmo nome em Campinas, anunciado para o último dia 8. O Itaú informou que os funcionários da agência Barão Geraldo, serão realocados. Mesmo assim, a paralisação foi no sentido de exigir, assegurar garantia de emprego.

Além da agência Barão Geraldo, o Itaú

anunciou o fechamento da agência Bonfim, também em Campinas, previsto para o próximo dia 22. As duas agências pertenciam ao Unibanco, incorporado pelo Itaú. Em carta aberta, distribuída durante a paralisação, o Sindicato avisa que não aceita demissões e cobra manutenção do nível de emprego. Em 2014, o maior Banco privado do Brasil lucrou R\$ 20,242 bilhões e, no primeiro trimestre deste ano, obteve lucro líquido de R\$ 5,733 bilhões.



Júlio César Costa

Cassi sustentável exige novo modelo de custeio

A solução do crônico deficit da Cassi (Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil) exige um novo modelo de custeio, que não aumente as despesas para os participantes e nem resulte em redução de benefícios. É hora do Banco do Brasil, que adotou uma política regressiva de salários e direitos e, na outra ponta, contabiliza lucros, contribuir mais. Afinal, tem maior capacidade financeira para viabilizar uma Cassi não superavitária, mas equalizada em sua relação receita e despesa, que permita a manutenção e até a ampliação de direitos. Em outros termos, o causador do deficit, evidente, é sabido; falta equacionar esse grave problema.

Tudo começou a partir de 1998, quando o BB adotou uma política de desvalorização dos salários e direitos.

A cada 'pacote de maldade' o rombo crescia. Como o custeio (3% do participante e 4,5% da patrocinadora) é atrelado à folha de pagamento, o resultado não poderia ser outra que não fosse deficit. Em 2007, ocorreu a votação de um novo estatuto e a negociação de um novo aporte, que foi parcelado em quatro anos: 2007 (R\$ 150 milhões); 2008 (R\$ 52 milhões); 2009 (R\$ 102 milhões) e 2010 (R\$ 57 milhões). E mais: entre 2011 e 2013, mais receita extraordinária; agora via Benefício Especial Temporário (BET). Ou seja, 2011 (R\$ 172 milhões); 2012 (R\$ 120 milhões; R\$ 97 milhões via BET e R\$ 22,9 milhões de coparticipações retroativas); e 2013 (R\$ 111 milhões). Em 2014, a Cassi fechou o exercício com deficit de R\$ 108 milhões, resultado consolidado do Plano de Associados (deficit de R\$

177 milhões) e dos Planos Cassi Família I e II (superavit de R\$ 68 milhões).

Aliado ao achatamento da folha de salários tem a intensificação do trabalho decorrente até da não contratação de concursados. Resultado da solução mágica: funcionários adoecidos. A conta fica com a Cassi, claro. Nessas condições, nada é sustentável. A alternativa defendida pelos representantes eleitos pelos funcionários é a adoção do Modelo de Atenção Integral à Saúde, baseado na Estratégia Saúde da Família (ESF). "O modelo é conhecido, possibilita mais qualidade de vida. Experiências no Canadá e na Inglaterra, por exemplo, mostraram que é possível inclusive a redução de custos ao longo dos anos. Sem prejuízo aos participantes", destaca a diretora do Sindicato e inte-

grante do Conselho Deliberativo da Cassi, Elisa Ferreira.

Neri: contra solidariedade

O diretor de Relações com Funcionários e Entidades Patrocinadas, Carlos Eduardo Leal Neri, não perde a oportunidade em destilar venenos contra o princípio da solidariedade. Como aposta na divisão entre os funcionários, sinaliza até com o 'aperfeiçoamento' do princípio. Na prática, no entanto, não defende tratamento igual entre todos. Como não poderia faltar, compara o plano com o dito mercado. "O diretor Neri, óbvio, não está sozinho. É o ventríloquo da diretoria do BB. Dissemina a divisão. Mas, os funcionários não são bobos. Na verdade, querem que o BB assuma responsabilidade, invista sua real parte na Cassi", observa a diretora Elisa Ferreira.

SANTANDER

Assembleia do Banesprev aprova balanço, custeio e cria GT sobre Plano II

Participantes elegem representantes para comitês gestores do Banesprev

Diretoria do Sindicato apoia Jorge Beck para Plano I

Termina nesta sexta-feira (15) a eleição dos representantes dos associados nos comitês gestores dos planos I, III e IV do Banesprev; a votação começou no último dia 1º. Cada plano tem direito a um representante eleito. A diretoria do Sindicato apoia o candidato Jorge Luiz Beck para o plano I.

Na avaliação da diretora do Sindicato e integrante do Comitê de Investimentos do Banesprev, Stela, Jorge Luiz Beck é res-

peitado, competente e reconhecido como um "ótimo profissional. Fez carreira no Banespa e no Santander e hoje é autopatrocinado. E mais: pertence à base do Sindicato".

A diretora Stela esclarece que as eleições são parte da Governança Corporativa adotada pelo Banesprev, que permite maior transparência e participação dos associados em cada um dos planos administrados pelo Banesprev.

Reunidos em assembleia no Esporte Clube Banespa, em São Paulo no último dia 25, os participantes do Banesprev aprovaram as contas de 2014, o plano de custeio deste ano e a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para discutir e apresentar proposta visando o equilíbrio atuarial do Plano II. O GT terá a participação de todos os eleitos; ou seja, diretores, comitês gestores, conselhos Fiscal, Deliberativo e de Investimentos. Segundo a diretora do Sindicato e integrante do Comitê de Investimentos, Stela, que participou da assembleia, "a primeira reunião do Grupo de Trabalho acontece nesta quarta-feira, dia 13".

A diretora do Sindicato e do Comitê de Investimentos destaca ainda que outra importante decisão da assembleia, aprovada por unanimidade, num acordo entre as entidades de representação, foi a criação da terceira vaga dos participantes no Conselho Deliberativo. "A vaga era uma antiga reivindicação que, antes da privatização do Banespa, era ocupada pela Direp". A assembleia contou com a participação de 443 participantes; 1.588 foram representados por procuração. Além de Stela, a assembleia contou com a participação dos diretores Cristiano, Marcelino e Hamilton e de participantes da base do Sindicato.

Sindicato dos Bancários CUT
Campinas e Região

EXPEDIENTE - O BANCÁRIO - PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAMPINAS E REGIÃO

PRESIDENTE: JEFERSON RUBENS BOAVA

JORNALISTA RESPONSÁVEL: JAIRO GIMENEZ

(MTB 13.683)

DIRETORA DE IMPRENSA: MARIA APARECIDA

DA SILVA

IMPRESSÃO: GRÁFICA SANTA EDWIGES

SEDE: RUA FERREIRA PENTEADO, 460, CENTRO.

FONE.: (19) 3731-2688 - FAX: (19) 3234-5602

CLUBE: (19) 3251-3718

SUBSEDES: AMERICANA: (19) 3406-7869

AMPARO: (19) 3807-6164

MOGI GUAÇU: (19) 3841-3993

SJB VISTA: (19) 3622-3514

INTERNET: WWW.BANCARIOSCAMPINAS.ORG.BR

E-MAIL: JORBANC@BANCARIOSCAMPINAS.ORG.BR

TIRAGEM: 13.000 EXEMPLARES

FILIADO À FEEB SP-MS E CONTRAF-CUT

EVENTO

Lançado em Campinas livro sobre exclusão do negro no mercado de trabalho



Júlio César Costa

Lançamento na sede do Sindicato

O historiador e professor Ramatis Jacino, lançou no último dia 6 o seu novo livro intitulado "Transição e Exclusão" em Campinas, na sede do Sindicato. O evento foi organizado pela subsele da CUT. Os diretores Lourival Rodrigues e Allita representaram o Sindicato.

O historiador e professor aponta "significativa exclusão do mercado de trabalho enfrentado pela população negra na cidade de São Paulo, nas primeiras décadas do século 20". Editado pela Editora Nefertiti, com o subtítulo "O negro no mercado de trabalho pós abolição, 1912/1920", o livro é resultado da pesquisa de doutorado que o historiador e professor desenvolveu na Universidade de São Paulo.

Sindicato exige mais segurança da Caixa Federal

Diante da onda de assaltos a Bancos, que voltou a crescer na Região Metropolitana de Campinas, diretores do Sindicato cobraram da Caixa Federal mais segurança nas unidades, durante reunião com as áreas de segurança, logística, gestão de pessoas e Superintendência Regional (SR) Campinas, no último dia 24 de abril. Para o Sindicato é necessário que a Caixa Federal invista mais na prevenção, na instalação de equipamentos adicionais, e realize alterações operacionais que, efetivamente, inibam a ação de criminosos em todas as unidades, não apenas naquelas vitimadas, assaltadas. “Nos últimos

doze meses, sete unidades foram assaltadas, algumas por até três vezes. O que demonstra que existem falhas no sistema de segurança”, destaca o diretor do Sindicato, Marcelo Lopes, que participou da reunião juntamente com o presidente do Sindicato, Jeferson Boava, e dos diretores Gabriel, Carlos Augusto (Pipoca), Gustavo e Samuel.

Os representantes da Caixa Federal reconheceram a gravidade da situação, reconheceram que aplicação de películas protetoras nos vidros de algumas unidades, tempos atrás, não surtiu o efeito desejado. Frente a um sistema ineficiente, os representantes

da Caixa Federal informaram que serão implantadas grades protetoras na frente das paredes de vidros em três unidades. “O plano de ação da Caixa Federal avança em alguns pontos operacionais. Porém, no tocante a equipamentos de segurança, a instalação de grades tão somente em três agências, é insuficiente. Afinal, a instituição tem 66 unidades na Regional Campinas. Ao fazer uma opção pontual, apenas onde o problema já ocorreu ou a unidade é mais vulnerável, a Caixa Federal continua expondo clientes, usuários e empregados a graves riscos”, observa o diretor Marcelo Lopes.

Para o presidente do Sindicato, Jeferson Boava, o ambiente de trabalho seguro é fundamental para o desempenho da atividade bancária. “O Sindicato busca dialogar com todos os envolvidos na segurança de clientes e empregados. Inclusive foi entregue no último dia 29 de abril uma carta à coordenadora-geral de Controle de Segurança Privada da Polícia Federal, Silvana Helena Vieira Borges, onde é solicitado mais fiscalização nas unidades da Caixa Federal. Mas, se a via do diálogo não consegue equacionar o problema, é preciso intensificar a mobilização, visando mudar a postura da Caixa Federal”.

Caixa Federal 100% pública, reafirma presidente aos sindicatos

A presidente da Caixa Federal, Miriam Belchior, voltou a afirmar que a instituição será mantida 100% pública, durante reunião com dirigentes da Contraf-CUT, CUT Nacional, Fenae, Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa), sin-

dicatos dos bancários de São Paulo e de Brasília e representantes dos empregados no Conselho de Administração, ocorrida no último dia 6.

Miriam Belchior disse também que deseja manter diálogo permanente com os represen-

tantes dos empregados e que está reavaliando os canais de negociação.

Na ocasião, os representantes dos empregados entregaram à presidente da Caixa Federal documento com vários pontos considerados essenciais

para melhorar as condições de trabalho e o fortalecimento da instituição financeira 100% pública; entre eles, acelerar o ritmo das contratações, fim o programa Gestão de Desempenho de Pessoa (GDP) e isonomia de direitos.

MOBILIZAÇÃO

Sindicatos defendem emprego no HSBC a parlamentares

Os sindicatos iniciaram na última terça-feira (5), em Brasília, a campanha pela preservação dos empregados no HSBC, ameaçados desde que surgiram rumores na imprensa sobre a saída do banco inglês do Brasil. Os dirigentes sindicais visitaram o Congresso Nacional, conversaram com deputados e senadores e entregaram documento mostrando o impacto que o fim das operações do HSBC pode trazer para seus 21 mil empregados e para economia das regiões onde atua. Os contatos com parlamentares continuaram no dia 6.

Na avaliação do diretor do Sindi-



Danilo Anderson, diretor do Sindicato, durante visita a parlamentar

cato, Danilo Anderson, que representou a Federação dos Bancários de

SP e MS nas atividades realizadas em Brasília, “os parlamentares se mos-

taram sensibilizados e manifestaram disposição em colaborar, visando impedir que as mudanças no HSBC resultem em fechamento de postos de trabalho”.

As atividades em defesa do emprego no HSBC vão continuar nas próximas semanas, com ampliação das ações no parlamento, reuniões no Banco Central, Ministério do Trabalho e Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). Essas atividades foram definidas em reunião da Comissão de Organização dos Empregados (COE), realizada nos dias 27 e 28 de abril último.



Julio César Costa

SAÚDE

Ato em Memória às Vítimas de Acidentes de Trabalho

A subseção da CUT em Campinas realizou no Dia Internacional em Memória às Vítimas de Acidentes de Trabalho (28 de abril) ato público na Praça Rui Barbosa (atrás da Catedral), com distribuição de folheto alusivo a data. O ato contou com a par-

ticipação de representantes dos sindicatos Sinergia, Sindae, SindPq, Alimentação de Mogi Mirim e bancários (12 diretores).

Leia no site (www.bancarioscampinas.org.br) matéria sobre acidentes de trabalho na base do Sindicato.

Trabalhadores condenam terceirização durante 1º de Maio



Passeta pelo Centro de Campinas



Diretores no ato realizado no Largo da Catedral

Os trabalhadores saíram às ruas na manhã de 1º de Maio, em Campinas, para condenar o nefasto Projeto Lei 4330, que legaliza a terceirização, precariza o trabalho, e as medidas provisórias 664 e 665, que atacam e reduzem direitos.

A manifestação teve início no Largo do Pará, onde os trabalhadores se concentraram e depois saíram em passeata pelo Centro de Campinas em direção ao Largo da Catedral, não faltando até o enterro simbólico do PL 4330. Organizado pela subsede da CUT, o 1º de Maio contou com a participação de partidos políticos, movimentos sociais, estudantes, Pastoral Operária, das centrais sindicais CSP-Conlutas, Intersindical e CTB, e de sindicatos de trabalhadores; entre eles, os bancários de Campinas e Região, representados por vários dire-

tores, envolvendo cerca de 2 mil pessoas.

Em todas as falas durante a passeata e no palanque montado no Largo da Catedral, o PL 4330, aprovado em abril último pela Câmara dos Deputados, foi duramente repudiado, assim como as MPs 664 e 665 que limitam direitos como seguro-desemprego, abono salarial (PIS-Pasep), seguro-defeso, auxílio-reclusão pensões e auxílio-doença. E mais: a MP 664 estabelece a terceirização da perícia médica para o âmbito das empresas privadas.

Organizar e lutar

Para o presidente do Sindicato, Jeferson Boava, o momento exige organização e luta dos trabalhadores em defesa de seus direitos, hoje atacados pela Câmara dos Deputados e pelo governo federal que, em nome do ajus-

te fiscal, baixou medidas provisórias nocivas aos trabalhadores. “Nada é de graça; tudo tem que ser conquistado, como mostra a história do movimento sindical brasileiro, seja a recente ou a que nos remete aos anos 20, 30, 50, final de 70 e 80 do século passado. Hoje, o quadro atual é de violentos ataques aos direitos dos trabalhadores. Porém, é preciso resistir, atuar em todos os espaços, incluindo às ruas. Aliás, lugar de trabalhador é nas ruas, nas praças. Temos que defender e buscar a ampliação de direitos. O patronato sempre vai querer sugar, ganhar mais com menos. Cabe aos sindicatos, aos trabalhadores, não apenas resistir, mas propor mudanças que permitam melhores condições de trabalho e salário”.

Pressionar o Senado

Jeferson Boava destaca que, nes-

te momento, é necessário somar todas as forças e pressionar o Senado Federal, que já recebeu o PL 4330 aprovado pela Câmara dos Deputados, registrado como PLC 30/2015. “Os trabalhadores foram derrotados pelos deputados federais. Porém, a luta não acabou, ainda é possível reverter o quadro no Senado. Os trabalhadores, é preciso ressaltar, tem poder de pressão. E a prova disso foram as manifestações durante a votação do PL 4330 na Câmara dos Deputados”.

O presidente do Sindicato se refere ao placar da votação do texto-base do PL 4330, ocorrida no dia 8 de abril último, que foi de 324 a 137. Duas semanas depois e após paralisações e protestos nas ruas, a votação no dia 22 de abril último foi apertada; placar: 230 a favor do nefasto PL 4330 e 203 contra.

MP 665

Deputados votam contra trabalhadores

A Câmara dos Deputados aprovou no último dia 6 o texto-base da Medida Provisória (MP) 665, que reduz direitos dos trabalhadores como o seguro-desemprego e abono salarial.

O novo golpe dos deputados federais, depois que aprovaram o PL 4330, o PL da terceirização, no último dia 22 de abril, teve placar apertado: 252 votos a favor e 227 contra. As MPs 664 e 665 fazem parte do pacote de ajuste fiscal elaborado pelo governo federal e foram baixadas no final do ano passado, sem discussão alguma com os sindicatos, com as centrais sindicais.

O texto da MP 665 aprovado pela Câmara, aumenta o tempo de trabalho para solicitação, pela primeira

vez, do seguro-desemprego, passando de 6 meses para 12 meses; o governo havia proposto 18 meses. Quanto ao abono salarial, a MP 665 estabelece tempo mínimo de três meses de trabalho para acesso ao benefício. O valor passa a ser proporcional aos meses trabalhados; antes era um salário mínimo, sem relação direta com o número de meses trabalhados com carteira assinada.

Mobilização é a chave

Para o presidente do Sindicato, Jeferson Boava, a aprovação da MP 665 representa um retrocesso. “As MPs 664 e 665 atacam e reduzem direitos dos trabalhadores. Inclusive a MP 664, que também está em discussão na Câmara, estabelece a terceirização da

perícia médica para o âmbito das empresas privadas. Diante de mais esse duro golpe nos trabalhadores, é decisivo intensificar a mobilização. Aliás, essa é a chave para ‘sensibilizar’ os parlamentares. Os trabalhadores foram novamente derrotados na Câmara, mas tem ainda o Senado, para onde seguem as MPs aprovadas pelos deputados. As centrais CUT, CTB, Intersindical, Conlutas, UGT e NCST organizam o troco, a resposta dos trabalhadores com Dia Nacional de Paralisação no próximo dia 29 deste mês de maio. Mobilização contra o PL 4330 (PLC 30/2015, no Senado) e às MPs 664 e 665 é a chave para impedir a redução de direitos dos trabalhadores”.

Opine sobre terceirização no Senado

O Senado Federal realiza sessão temática sobre terceirização nesta quinta-feira (14). Estará em discussão o PL 4330, aprovado em abril último e encaminhado pela Câmara dos Deputados, agora registrado no Senado como Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015.

O Senado inclusive quer saber a opinião das pessoas. O que pode ser feito no site do Senado na página do e-cidadania: www.senado.gov.br/ecidadania.

Participe. Envie também mensagem aos senadores. Acesse o site do Sindicato (www.bancarioscampinas.org.br).

Sem pressa: Reunido com as centrais sindicais CTB, NCST, UGT e CUT, no último dia 28, em Brasília, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), disse que a tramitação do PL da terceirização não será “acelerada” como aconteceu na Câmara dos Deputados.